

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – PERÍODO DE 31/DEZ/14 A 31/DEZ/16							Em Reais	
NOTA	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUC. A DISP. DA A.G.O.	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL	
Em 31/DEZ/14	4.990.057,00	3.272,65	6.276.155,55	1.336.174,12	5.646.648,85	-	18.252.308,17	
Contribuição de Reserva de Lucros Cfe. 33ª A.G.O de 29/ABR/2015	-	-	-	5.646.648,85	(5.646.648,85)	-	-	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	7.900.119,55	7.900.119,55	
Destinação para Dividendos	-	-	-	-	-	(1.975.029,89)	(1.975.029,89)	
Lucro à Disposição da A.G.O.	-	-	-	-	5.925.089,66	(5.925.089,66)	-	
Em 31/DEZ/15	4.990.057,00	3.272,65	6.276.155,55	6.982.822,97	5.925.089,66	-	24.177.397,83	
Const. de Res. de Lucros p/ FAC Cfe. 34ª A.G.O. de 27/ABR/2016	-	-	5.401.242,28	-	(5.401.242,28)	-	-	
Aum. de Capital Cfe. 39ª A.G.E de 27/ABR/16	7.509.943,00	(3.272,65)	-	(6.982.822,97)	(523.847,38)	-	-	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	2.473.037,57	2.473.037,57	
Const. da Reserva Legal 19-a	-	-	-	123.651,88	-	(123.651,88)	-	
Destinação para Dividendos 19-b	-	-	-	-	-	(587.346,42)	(587.346,42)	
Lucro à Disposição da A.G.O.	-	-	-	-	1.762.039,27	(1.762.039,27)	-	
Em 31/DEZ/16	12.500.000,00	-	11.677.397,83	123.651,88	1.762.039,27	-	26.063.088,78	

Obs.: As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Contexto Operacional.

A Brascomp - Compensados do Brasil S/A ("Companhia") tem por objetos a indústria, o comércio e a exportação de madeiras laminadas, compensadas, serradas e beneficiadas; indústria extrativa vegetal; floresta - mento e reflorestamento; pecuária de cria, corte e leiteira. Entretanto, a partir do exercício de 2011, a Companhia reduziu, gradativamente, parte de suas operações de industrialização, mantendo apenas a venda de mercadorias *in natura* oriundas dos processos de manejo florestal. A fábrica de compensados (localizada no município de Ananindeua/PA) e a serraria (localizada no município de Belém/PA) foram desativadas. A decisão, em sintonia com o desejo dos acionistas de suspender parte das operações, se deu, principalmente, em virtude de condições econômicas de mercado, o que tem inviabilizado (mesmo que temporariamente) a manutenção das atividades de industrialização.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Dentre as referidas práticas se incluem as Leis nº 11.638/07, que modificou a Lei nº 6.404/76, e a nº 11.941/09, Adicionalmente, as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas conforme interpretação do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 6.404/76. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da empresa em 24 de fevereiro de 2017.

b. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo Histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda Funcional e de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as premissas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 6 - Clientes (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa);

Nota explicativa 3-f - Estoque (provisão para perdas em estoques);

Nota explicativa 11 - Imobilizado (vidas úteis); e

Nota explicativa 21 - Instrumentos financeiros.

3 Principais Políticas Contábeis.

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir tem sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Transações em Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira (quando aplicável), isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

b. Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros não Derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria "empréstimos e recebíveis".

(ii) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

(iii) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimentos original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

c. Passivos Financeiros não Derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outros débitos.

d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos em caixa e contas correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

e. Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores fatuados, ajustados ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, e no caso dos clientes mercado externo, os valores estão representados por este custo, acrescido das variações cambiais, ambos reduzidos dos valores julgados suficientes, como perdas estimativas em crédito de liquidação duvidosa.

f. Estoques.

Os estoques de madeira serrada e toras de madeira foram avaliados, segundo o critério previsto no art. 296 do regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000/99, enquanto que os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os preços de mercado.

g. Investimentos.

A participação relevante na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, considerando o patrimônio líquido desta, na mesma data, e seguindo as mesmas práticas contábeis.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. A administração, por meio de relatório de avaliação realizado por empresa especializada em 2010, não apurou evidências de que o valor contábil se seus ativos exceda ao seu valor recuperável, mantendo tal avaliação desde o exercício de 2011 e, tendo optado nesse exercício por não efetuar o registro do custo atribuído (deemed cost), conforme permitido pela Interpretação Técnica ICPC 10.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia (quando aplicável) inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagens e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais do resultado do exercício.

(ii) Custos Subsequentes

O custo de reposição de um componente imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a